

TRABALHADORES EXCLUÍDOS E TRABALHADORES GREVISTAS SOB A ÓTICA DO COMMERCIO DO AMAZONAS E CORREIO DO NORTE (MANAUS, 1898-1911)

EXCLUDED WORKERS AND STRIKE WORKERS FROM THE PERSPECTIVE OF COMMERCIO DO AMAZONAS AND CORREIO DO NORTE (MANAUS, 1898-1911)

BETSY BELL PRAIA MORAIS⁴



Resumo

Este ensaio investiga como os jornais Comércio do Amazonas e Correio do Norte viam os trabalhadores excluídos e grevistas em Manaus de 1898 a 1911. Analisa as estratégias de discurso desses jornais e como eles influenciaram a percepção e o comportamento de outros estratos sociais em relação a esses trabalhadores. Os jornais tinham diferentes orientações editoriais, ajudando a entender as dinâmicas sociais, políticas e culturais de transição para a República em Manaus. O primeiro momento foca nas representações da pobreza e dos valores sociais no Comércio do Amazonas, enquanto o segundo destaca o protagonismo dos pesqueiros e pescadores no Correio do Norte.

Palavras-chave: Classe trabalhadora; representação; greve; exclusão; Amazonas.

Abstract

This essay investigates how the newspapers "Comércio do Amazonas" and "Correio do Norte" viewed excluded workers and strikers in Manaus from 1898 to 1911. It analyzes the discourse strategies of these newspapers and how they influenced the perception and behavior of other social strata towards these workers. The newspapers had different editorial orientations, helping to understand the social, political, and cultural dynamics during the transition to the Republic in Manaus. The first section focuses on representations of poverty and social values in "Comércio do Amazonas," while the second highlights the role of fishermen and fisherwomen in "Correio do Norte."

Keywords: Working class; representation; strike; exclusion; Amazon.

Introdução

A imprensa, como produtora de conteúdos e sentidos e, principalmente, construtora de representações sociais, tem um papel fundamental na disseminação de ideias e valores, influenciando a percepção que as pessoas têm sobre si mesmas e sobre os outros. Não foi diferente com a cidade de Manaus, capital do Amazonas, durante a

⁴ Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (1993) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduada em História (2023) pela mesma instituição. E-mail: betsybell10@gmail.com.



virada do século XIX para o XX, período de intensas modificações econômicas e, portanto, também de mudanças sociais, culturais e políticas.

A exploração da borracha, que reposiciona o modo de produção capitalista por renovadas bases de violências e arbitrariedades no mundo social do trabalho na região Norte, atraiu uma grande quantidade de migrantes e imigrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nesse contexto, a imprensa se consolidou como um importante instrumento de comunicação e construção de ideias e conceitos.

E, ao citar conceitos, deparamo-nos com o de representação, ecoando as ideias de Chartier (2002) ao enfatizar sua importância central na construção cultural da realidade. O historiador argumenta que a representação não é, simplesmente, um espelho do mundo real, mas um meio ativo de construí-lo e conferir-lhe significado. Destaca, portanto, como as representações são moldadas e mediadas por convenções culturais e mecanismos materiais, como livros, que influenciam a recepção e interpretação das informações.

Diante disso, como o foco principal deste estudo é explorar como as classes trabalhadoras estão representadas nos meios de comunicação, especificamente no “Comércio do Amazonas” e “Correio do Norte”, analisamos quais narrativas e imagens são predominantes e como essas representações influenciam a percepção e o comportamento de outros grupos sociais na relação com os trabalhadores. Além disso, investigamos as variações na representação das classes trabalhadoras nesses diferentes veículos de comunicação e, principalmente, como essas representações são percebidas e reagidas pelos próprios trabalhadores.

Problematizaram-se aqui dimensões da prática da grande imprensa escrita como força social ativa no final do século XIX, quando a cidade de Manaus passou por um processo de modernização em meio à euforia “faustosa” da borracha e à valorização do exótico. Nesse contexto, surge a chamada “Belle Époque amazonense” – uma autodenominação caricata da elite local que se inspirava na cultura europeia, em especial a francesa, para projetar para si uma imagem de modernidade. O período é marcado, portanto, pela efervescência cultural, artística e econômica.

Segundo Edinea Mascarenhas Dias (2007), esse período representou um momento de afirmação econômica e ideológica da classe dominante local, que buscava se diferenciar e se afirmar em relação às outras elites regionais do país. Diante disso, as classes dominantes locais relacionaram os seus interesses econômicos em perspectivas de reforma urbana excludentes, sobretudo dos modos de viver e trabalhar de indígenas e outras populações originárias na Amazônia brasileira do período, quando então



acompanharam modelos europeus de alijamento social da classe trabalhadora por eventos culturais grandiosos, construção de edifícios e monumentos em estilo francês. Ideologicamente, consignou-se no tempo a ideia de que a elite econômica da cidade de Manaus buscava então por esses meios práticos de destruição de modos culturais de vida na região afirmar-se como moderna e cosmopolita naquela suposta metrópole, quando sumamente o que procurava consolidar era não mais do que os seus próprios privilégios.

Daou (2004), em “A Belle Epoque amazônica”, destaca também o papel fundamental que a borracha exerceu no desenvolvimento econômico e social da região amazônica e de Manaus, em particular. A autora recupera discussões sobre o período então marcado por grandes contrastes, quando mudanças econômicas articularam o avanço da miséria e da exploração de trabalhadores locais e migrantes sob patamares sociais até então desconhecidos.

Neste cenário, um incômodo pessoal se transforma em motivo deste artigo: o fato de compreender, a partir das fontes, que a sociedade é representada de maneira parcial e incompleta nos periódicos escritos da época. A compreensão preliminar, portanto, foi precisamente quanto ao funcionamento da ideologia nos meios de comunicação do período. Tratamentos excludentes, supressivos e até invisibilizadores de parcelas do corpo social, por parte da imprensa, instigaram a realização deste artigo. Até porque, como se não bastasse a exclusão, a propagação de conceitos controversos aparece presente nos mais variados discursos e narrativas daquele momento. Além disso, a análise da imprensa local também nos permite compreender as dinâmicas sociais, políticas e culturais que permeavam a Manaus no alvorecer da República, garantindo uma compreensão mais ampla da história e da cultura amazonense.

Completando esse pensamento, Teles (2020, p. 19) argumenta sobre a utilização da imprensa escrita periódica nos estudos de História como documento histórico profícuo. Segundo ele, a questão ganhou terreno, a partir de 1970, “após a superação de antigas posturas que marcaram a prática historiográfica, notadamente as noções de ‘fonte suspeita’ e ‘repertório da verdade’”. Teles chama atenção para o fato que a:

Adoção de uma postura cautelosa e crítica no trato com a imprensa se tornou referência obrigatória para os pesquisadores... Como fonte histórica, a imprensa configurou-se como um ‘manancial dos mais férteis’ para a reconstrução e elucidação do passado. Por meio dela, tornou-se possível recuperar dimensões sociais importantes, notadamente as lutas, os ideais, os compromissos e os interesses de diversos setores que compõem a sociedade. A imprensa possibilitou um melhor conhecimento das sociedades no nível de suas condições de vida manifestações culturais e políticas, dentre outros aspectos (Teles, 2020, p. 20).



Nesse caminho, Barros alerta sobre a importância da criticidade. De acordo com ele, o historiador não vai ao jornal apenas em busca de informações, “ele vai ao jornal de uma outra época em busca de discursos (...). Precisamos compreender os autores sociais que estão por trás do texto, e é imprescindível nos apercebermos do que é dito voluntária e involuntariamente” (Barros, 2023, p.18).

Diante disso, o artigo envolve dois jornais da grande imprensa da época. Com o *Commercio do Amazonas* foi importante abordar suas perspectivas sobre a população local e os valores sociais que foram enfatizados em suas páginas, assim como as relações de poder da classe dominante da época. No *Correio do Norte*, além de citar os atrelamentos sociais e econômicos desse jornal, o grande destaque foi o esforço de reflexão sobre a representação da classe trabalhadora ressaltando duas greves em especial, envolvendo pescadores e peixeiros.

A primeira delas, a greve dos pescadores, inspiraria ainda outros movimentos semelhantes em diferentes setores à época, impulsionando uma onda de conscientização e ação coletiva entre a população trabalhadora. Já a greve dos peixeiros mostrou toda uma saga sobre as reivindicações desse segmento profissional por melhores condições de trabalho e justiça nos impostos, mas também eles todos como atores do próprio processo histórico, e com autonomia de classe, apropriando-se sobre o próprio movimento de criação das possibilidades reais de transformação social.

O trabalhador pelo *Commercio do Amazonas*

A edição de domingo, dia 29 de maio de 1898, do jornal *Commercio do Amazonas*, parece um mosaico de contradições em razão da diversidade de notícias inseridas nas quatro páginas do periódico, duas delas repletas somente de anúncios publicitários. No entanto, nas demais, as informações se misturam entre eventos religiosos, como a procissão da Virgem Maria – que saíria da Praça da Matriz naquele dia –; atividades de lazer, como a inauguração de uma seção de tiro ao alvo no Sport Clube com o objetivo de “proporcionar a maior messe de distração” aos seus associados ou ainda uma nota jornalística sobre a empresa J.A. Guedes & Cia, que trazia a mudança de escritório para a rua Marechal Deodoro, “contíguo ao estabelecimento dos senhores Marius e Levy” (*Commercio do Amazonas*, Manaus. 29 de maio, 1898).

Mas, a referida edição não apresentava apenas notícias da rotina repetitiva e monótona de uma Manaus do final do século XIX, apesar de grande parte delas serem,



nitidamente, de interesse explícito dos leitores de um jornal que demonstrava sua origem, de pronto, no nome que carregava: dos empresários do comércio do Estado do Amazonas.

O *Commercio do Amazonas*, no período em tela, de 1898 a 1911 – início da Primeira República –, apesar de ter sido inaugurado ainda no período imperial, em agosto de 1869, substituindo o *Mercantil*, pertencia ao mesmo proprietário Gregório José de Moraes. Este empresário desempenhou funções, em Manaus, também como capitão, agente de leilão, tesoureiro e até como construtor, naquele período (*Amazonas*, Manaus, 3 de março, 1880; *Jornal do Amazonas*, Manaus. 31 de agosto, 1886 e *Jornal do Amazonas*, Manaus. 22 de julho, 1888).

Sendo um dos mais longevos de sua época, com funcionamento de 1869 a 1904, o *Commercio do Amazonas* era diário. Foi o veículo que “criou o serviço telegráfico e introduziu as ilustrações, estampando retratos de homens notáveis do Brasil e da Europa, vistas de edifícios, paisagens e lugares de importância” (Mendonça, 2012).

Em resumo, o jornal que teve todos os seus proprietários sendo comerciantes, naturalmente, o conteúdo dava ênfase para notícias comerciais, anúncios relacionados a negócios locais, informações sobre política comercial e orientações para outros comerciantes. As edições mostram, em sua maioria, inclusão de notícias relacionadas ao comércio local e internacional, sobre preços de mercadorias, mudanças nas políticas comerciais, novos empreendimentos comerciais e eventos que realizavam no mercado em geral. Na área política, as notícias envolviam as políticas e regulamentações governamentais que passavam pelo comércio, assim como forneciam análises, opiniões e atualizações sobre questões comerciais, como acordos internacionais, legislação relacionada ao comércio e políticas administrativas que impactam os negócios. O campo de atuação era claramente definido.

Nesse cenário, a descrita edição do *Commercio do Amazonas*, de maio de 1898, também apresentava notícias que fugiam a esse escopo citado. Foi o caso, por exemplo, da crônica policial, sob o título “Pela Polícia”, cujo autor tem como codinome “Cabo da Ronda”. No relato, ele rebuscou tanto a linguagem, que o leitor menos atento poderia não entender que o mesmo citava as pessoas que a polícia tinha recolhido à prisão numa “noite sombria e tétrica”, conforme relato do “Cabo da Ronda”.

O fato é que tanto o cidadão Josino Franciso dos Santos, quanto Elisa Gomes Belferie foram presos por causa de brigas, nas ruas de Manaus, numa madrugada, ao que tudo indica perto de prostíbulos e a notícia foi parar no *Commercio do Amazonas*. Mas, o tom da narrativa no jornal surpreende pela referência à Elisa:



Elisa Gomes da S. Belferie, uma crioula (digo crioula por ser menos rebarbativa, pois ela é negra como o cão, que tem por hábito, preservando-se das febres, matar o bicho e depois do dito morto, ar angélico e graciosa Elisa, em linguagem veemente promove grande e furiosa tempestade [...] (*Commercio do Amazonas*, Manaus. 29 de maio, 1898).⁵

Nota-se uma abordagem ofensiva, que utiliza termos pejorativos, racistas e desumanizantes, reforçando de que ser negro é algo inferior ou negativo, além de perpetuar estereótipos e preconceitos, mas foi assim exposto aos leitores. Sem dúvida, há racismo ao descrever a trabalhadora Elisa Gomes Belferie usando termos, ao se referir a ela como “uma crioula” e compará-la à cor de um cão. Nesse sentido, o autor reforça estereótipos raciais de uma sociedade àquela altura, e talvez mesmo ainda hoje, escravagista. Essa abordagem ofensiva e depreciativa contribui para a marginalização e discriminação da comunidade negra, além de reforçar preconceitos raciais na sociedade até os dias de hoje.

Não é à toa que isso se reforça em temas relevantes como moralidade pública e higiene naquele periódico. Uma análise das narrativas, desenvolvidas pelo *Commercio do Amazonas*, revela a maneira como esses assuntos eram considerados, especialmente quando envolviam as classes populares. É o caso do artigo “O vício”. Sob o subtítulo “pela moralidade pública”, o mesmo expõe os seguintes argumentos:

Quando escrevemos um artigo de ontem, subordinado ao título deixado lá no alto, bem sabíamos que as nossas palavras seriam ouvidas pelo público sensato e que elas calariam ao espírito esclarecido do honrado chefe de Segurança Pública...

Perguntamos, porém: é decerto, é sério, é razoável a continuação desse deboche que se passa em algumas casas públicas - rotuladas pomposa e irrisoriamente com título de hotéis -, onde a prostituição triunfa, onde a crápula avassala tudo e todos? É exato, ao que somos os primeiros a concordar - que não se podem empregar medidas absurdas e vexatórias. Assim, a prostituta reles ostenta todo um pudor nos jardins públicos, dos teatros - e aí até no próprio *toilette* das senhoras -, enfim, em todas as festas onde estão famílias.

A mulher, de vid´airada, roça hoje, ombro a ombro, todas as senhoras, ostentando muitas vezes o vício a que desgraçadamente entregou-se! Um pouco mais de moralidade, eis que desejamos. Bem sabemos que essas mulheres - falamos daquelas que de todo ficaram sem pudor - são geralmente pobres vítimas das ciladas dos especuladores. Referimo-nos ao *caftismo*, ao *caftismo* medonho que tem centro nas operações em Buenos Aires, e que propagou-se na capital federal, que estendeu-se em São Paulo, que já está no Pará e quer agora explorar o Amazonas. Porque o *caften*, o tipo aperfeiçoado de gatuno -, não é mais do que aquele que vive de explorar o vício e a libertinagem, que sob o rótulo honesto esconde a especulação vil e nojenta. É tempo de tratar, porém, de algumas dessas casas públicas que infestam a nossa cidade (*Commercio do Amazonas*, Manaus. 14 de março, 1899).

⁵ Para melhor compreensão do leitor, os documentos transcritos serão atualizações, conforme o nosso acordo ortográfico mais recente.



Como observado, a questão da prostituição e da moralidade pública são os temas do debate levantado acima, expressando preocupação com a presença de casas públicas que promovem a referida prática em Manaus. A visão é conservadora e moralizante. O autor do discurso se mostra indignado com o que considera um “deboche” a presença dessas casas públicas, rotuladas como hotéis, onde a prostituição é evidente. O tom utilizado é de reprovação e de apelo por maior moralidade. Há ainda o incômodo sobre a presença de prostitutas em espaços públicos, como jardins, teatros e festas frequentadas por famílias – ou seja, uma clara distinção entre as “senhoras” e as prostitutas, enfatizando a ideia de uma divisão moral e social.

No trecho analisado, o autor reconhece que muitas dessas mulheres são vítimas de exploração por parte de especuladores, referindo-se especialmente ao “caftismo” (termo utilizado para descrever a prática de cafetinagem). Essa menção indica uma percepção de que a prostituição é resultado de circunstâncias sociais desfavoráveis e exploração, em vez de uma escolha consciente das mulheres envolvidas.

A escolha de publicar esse tipo de texto indica que o jornal tinha como público-alvo uma camada da população que se identificava com esses valores tradicionais e preocupações morais. Os leitores, provavelmente, esperavam encontrar nos jornais uma voz que representasse seus interesses e visões de mundo. Em suma, a análise dessa fonte histórica revela um discurso conservador e, é importante ressaltar que o discurso não aborda as causas que levam à prostituição, nem considera a possibilidade de oferecer alternativas e apoio às mulheres envolvidas nessa atividade. Em vez disso, enfatiza a necessidade de medidas para controlar e reprimir, buscando preservar a “honra do Amazonas” e a moralidade pública.

Dias (2007), ao descrever sobre esse surgimento das pessoas que não tinham as mesmas condições de sobrevivência daqueles que usufruíram a vida de “fausto” que a borracha propiciava, explica que as autoridades governamentais, em conluio com os interesses particulares, implementam uma estratégia opressiva que visa marginalizar e subjugar indivíduos ou grupos que surgem na cidade e não se conformam aos padrões de valores da classe dominante local. Observa ainda a autora que:

Em se tratando dos trabalhadores, e, para os marginalizados do processo produtivo, o poder público desenvolveu uma política de reclusão em ambientes afastados e fechados, tais como: penitenciárias, hospitais, asilos de mendicidade, hospício e colônias agrícolas. As ações de iniciativa privada também colaboraram para manter a imagem da cidade isenta de perturbações, a cidade do ‘fausto’, em que, por iniciativa de piedosas senhoras da sociedade, são fundadas a Sociedade Beneficente Amparo da Pobreza e a Liga Protetora da Pobreza (Dias, 2007, p. 121).



Outro exemplo para referenciar a exposição de fatos, segundo a ótica do Comercio do Amazonas, é o caso da necessidade pública de trabalhadores sem emprego, escrachada ao limite da humilhação, onde observamos uma mendicância normatizada nos veículos de comunicação e que expõem, sem segredos, a abundância de poucos e a falta para muitos. Para Kowarick, trata-se de “dilapidação dos trabalhadores”. Observa o autor que:

Na realidade, as ‘necessidades sociais’ numa situação em que as reivindicações e protestos coletivos estão bloqueadas, são instrumentalizadas em função das ‘necessidades da acumulação’. Assim os investimentos nos quais é preponderante a participação estatal, visam à lubrificação da engrenagem econômica e os problemas vividos pela população só se transformam em problemas públicos na medida em que são compartilhados pelas camadas de dirigentes (Kowarick, 1979, p. 50).

O citado pensamento diz muito a respeito, por exemplo, do artigo “A mendicidade”, publicado em 1899. Nele, o jornal Comercio do Amazonas reclama que não é a primeira vez que se preocupa com a propagação de mendigos pela cidade – que se refere como “bando de infelizes que para viver vê-se forçado a entregar ao peditório”.

Não é a primeira vez que nos preocupamos com este assunto. Carecedor da máxima atenção, de cuidado especial, ele requer muito zelo dos públicos poderes. Atalhar o mal pela raiz - é ditado corriqueiro e ao alcance de todos. E é preciso salientar, desde já, que as nossas palavras sobre a mendicidade que vai propagando-se, inspiram-se exatamente no bem público, na sorte do bando de infelizes que para viver vê-se forçado a entregar-se ao peditório. Somos razoáveis e coerentes, e por isso, damos o brado asilo para aqueles a quem a fatalidade tem ferido... É um quadro entristecedor e doloroso esse, de se ver em entulhando os públicos lugares, homens, mulheres e crianças a pedirem esmolas. “aleijados uns, cegos outros, rotos e famintos, ao sol e a chuva, os desgraçados ficam dias inteiros no seu posto de amargura a espera dos tostões do transeunte [...]” (*Comercio do Amazonas*, Manaus. 26 de abril, 1899).

Ao observar aquela sociedade no trato com mendigos como ‘razoáveis e coerentes’, dimensiona-se ainda que é melhor “atalhar o mal pela raiz” e o autor do editorial do veículo solicita do governo um asilo para essas pessoas, com a justificativa de ser um “quadro entristecedor e doloroso esse, de se ver entulhando os públicos lugares, homens mulheres e crianças a pedirem esmolas”.

O texto ainda especifica que são “aleijados uns, cegos outros, rotos e famintos, ao sol e a chuva, os desgraçados ficam dias inteiros no seu posto de amargura a espera dos tostões do transeunte”. Para completar, o jornal chega a indagar se “não é preferível o Governo abrigar todas essas pobres vítimas, a elas estarem a ostentar podridões repugnantes?”. Como se não bastasse, também critica outros pedintes, usando a seguinte narrativa:

De resto, a par de todos esses verdadeiros desgraçados, os vadios, os vagabundos que exploram a caridade pública. Homens e mulheres, bons para



o trabalho, entregam-se aos vícios e à vadiagem, ocupando imerecidamente o lugar daqueles que sofrem e padecem. Um conhecemos que como cego vive de esmolar, e que já encontramos, noite alta, enxergando perfeitamente caminhando lampeiro rua municipal abaixo! (*Commercio do Amazonas*, Manaus. 26 de abril, 1899).

Em face ao relativo artigo, é perceptível a predominância de uma visão das classes dominantes em relação aos desfavorecidos da sociedade de Manaus. O texto apresenta uma postura que busca afastar os mendigos dos olhos de todos, como se sua presença fosse incômoda e indesejável. O autor utiliza ainda termos pejorativos, como “vadios” e “vagabundos”, para se referir a certos destinatários que exploram a caridade pública. É importante salientar que, mesmo que mendigos tivessem atitudes farsantes, essa abordagem do artigo do jornal revela uma mentalidade elitista que desvaloriza e desumaniza indivíduos sem renda. Essa distinção reflete uma visão estigmatizada dos desfavorecidos, retratando-os como preguiçosos e parasitas sociais.

Ao pedir a construção de um estabelecimento destinado a amparar a mendicidade, o jornal não demonstra uma preocupação genuína com o bem-estar dos mendigos, mas sim um desejo de afastá-los dos espaços públicos, para que não incomodem ou perturbem a visão daqueles que são considerados "normais" na sociedade. A clara segregação, sem dúvida, é uma tentativa de esconder a pobreza e a miséria, em vez de enfrentá-las de forma estrutural e promover uma mudança social que visasse à igualdade e à justiça. É importante ressaltar que essa perspectiva não representa, necessariamente, a opinião de toda a sociedade da época, mas sim uma visão específica das classes dominantes, que detinham o poder político e econômico.

José Roberto Lapa (2008) explica que essa reunião de valores sobre moral, mais a preocupação sanitária e, principalmente, o surgimento de instituições como asilos estão dentro do que ele chama de “administração da pobreza”. De acordo com o autor, a Primeira República é “a época dos asilos”. Esses “parecem por excelência assegurar a continuidade a sistematização a normatização e o reaproveitamento quando possível dos excluídos do sistema oferecendo, portanto, a assistência social” (Lapa, 2008, p. 45). Para o historiador, a proposta é inserir os excluídos, no que se coloca como “em seus devidos lugares, que não venham a comprometer o *status* e o poder dos que comandam esse processo”. Então, sublinha que “o século XX assistiu a uma multiplicação de iniciativas institucionais em favor da pobreza, que sob a liderança de diferentes religiões, quer na iniciativa privada, ou pelo Estado, muitas vezes consorciado com aquelas” (Lapa, 2008, p. 48).



Quem melhor traduz esses imbróglis tão bem expostos nas páginas do Comercio do Amazonas é Sidney Chalhoub (2012). O historiador mergulhou nas complexidades da vida cotidiana dos trabalhadores brasileiros no final do século XIX e uma das análises centrais é a forma como os indivíduos foram transformados em trabalhadores pela elite, que, além de combater a ociosidade, buscava importar a educação pela higiene e moralidade.

Afinal, como já vimos, a elite brasileira do século XIX enxergava a ociosidade como um problema social e moral, associando-a ao vício, à preguiça e à imoralidade. Para combater isso, a classe dominante empreendeu uma série de medidas – Projeto de Lei – que visavam transformar os indivíduos em trabalhadores produtivos. Ou seja, resultou em uma nova forma de vida para os trabalhadores, marcada pela disciplina, renúncia e subjugação aos ideais daquela elite econômica. Chalhoub (, 2012, p. 75) comenta sobre ociosidade e pobreza afirmando que “o projeto reconhecia que eram duas as condições elementares para que ficasse caracterizado o delito de vadiagem: o hábito e a indigência, especialmente a última”.

No entanto, houve resistência e os trabalhadores não foram passivos dentro desse contexto histórico. Eles conseguiram encontrar maneiras de desafiar as normas e reafirmar sua identidade, mesmo dentro das limitações impostas. É o que veremos a seguir.

Greves de pescadores e peixeiros: ideologia e autorrepresentação no Correio do Norte

No início do século XX, mais precisamente no ano de 1911, o jornal Correio do Norte de Manaus, sob a propriedade e direção de Germano Bentes Guerreiro, desempenhou um papel relevante na representação dos sujeitos sociais da época, especialmente no contexto das greves de pescadores e peixeiros do Mercado Municipal. Este tópico analisa a ideologia e a autorrepresentação presentes nas páginas do jornal durante esse período.

O Correio do Norte, embora se autodenominasse “órgão independente”, tinha raízes políticas e era uma plataforma de interesses da oligarquia brasileira e amazonense. Fundado como o “Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas”, em 1906, o jornal teve um papel ativo na promoção de mudanças constitucionais, alinhando-se aos interesses de grupos como os cafeicultores e membros da oligarquia local. Esse apoio político se refletia em sua cobertura editorial e nas perspectivas avançadas pelo jornal.



Na cobertura das greves de pescadores e peixeiros, o Correio do Norte adotou uma postura aparentemente solidária aos trabalhadores populares, denominando-as de “oprimidos” e “sofredores”. No entanto, essa caracterização, embora demonstre empatia, também reflete uma visão que subestima a capacidade desses trabalhadores de atuar de forma autônoma na construção de suas próprias perspectivas e na luta por seus direitos. Ao retratá-los como passivos e vítimas da opressão, o jornal obscureceu a gerência e a capacidade de organização demonstrada pelas classes trabalhadoras em suas ações grevistas.

A retórica utilizada pelo Correio do Norte, ao se autoproclamar em seu editorial de estreia como “tenda de combate” ao lado dos oprimidos e dos que sofrem, sugere uma disposição em promover a solidariedade e a luta coletiva por mudanças sociais e políticas. No entanto, essa postura não era uma ideia consolidada, uma vez que o jornal não abordava as lutas sociais em curso de maneira aprofundada e muitas vezes obscurecia as origens e causas sofridas da pobreza e da exclusão social.

Em meio a esse contexto, as greves de peixeiros e pescadores ganharam destaque nas páginas do Correio do Norte. Essas greves representaram uma quebra do *status quo*, permitindo que as classes populares desafiem o sistema e se tornem agentes ativas na arena política. Essa visibilidade das classes populares nos jornais, embora muitas vezes restrita à cobertura de eventos específicos, refletiu uma crescente participação e reivindicação política por parte desses grupos, desafiando a imagem de uma “sociedade amorosa” promovida pela elite.

O movimento dos pescadores, em particular, emergiu como um novo espaço de organização e luta política. Isso ocorreu em um momento em que Manaus foi retratada na imprensa como uma cidade próspera, devido à produção de látex. No entanto, essa representação gloriosa escondia as condições precárias de trabalho e vida enfrentadas pela maioria da população trabalhadora da cidade. As greves, ao ganharem visibilidade nos jornais, revelaram a discrepância entre a narrativa oficial e a realidade enfrentada pelos sujeitos sociais.

Portanto, o Correio do Norte, ao representar os sujeitos sociais das greves de pescadores e peixeiros, não apenas refletiu a ideologia e os interesses políticos da elite dominante, mas também evidenciou a capacidade dos trabalhadores de se organizar, lutar e reivindicar direitos em um cenário de mudança e reconfiguração social no início do século XX em Manaus. A análise dessa representação nos permite compreender como a imprensa desempenhou um papel crucial na construção e disseminação de narrativas



sobre a sociedade e as lutas políticas da época. Até porque no tempo em questão quando o *Correio do Norte* foi lançado os debates políticos estavam acirrados por ocasião das eleições (*Correio do Norte*. Manaus, 21 de janeiro. 1906) e o jornal estreou como oposicionista ao presidente do Brasil e ao governador do Amazonas.

E essa proximidade das eleições, leva-se, como de praxe, a um aumento no volume de discursos e notícias sobre política nos veículos de comunicação. Além disso, os discursos tendem a se concentrar mais nas propostas e promessas dos candidatos, nas plataformas dos partidos políticos e nas questões comuns de importância à população, como a economia, a saúde, a educação e a segurança. É também importante observar que a proximidade das eleições provoca uma polarização do discurso nos veículos, com diferentes canais adotando posições políticas opostas e muitas vezes apresentando opiniões extremas. Há ainda um aumento no uso de informações enganosas, desinformação e notícias falsas. Tudo para influenciar a opinião pública e comprometer a integridade do processo eleitoral. Nesse contexto, é notório perceber que qualquer um no *Correio do Norte* podia ser apontado como “pobre”, “oprimido” e “sofredor” pelo periódico – bastava estar dentro dos interesses do veículo.

Considerando essas análises e introduzindo a narrativa sobre o movimento dos pescadores no *Correio do Norte*, é crucial notar que a primeira ocorrência da referida “greve dos pescadores” remonta a 1905, conforme reportado pelo *Jornal do Commercio*, em 10 de outubro daquele ano.

Em 1905, portanto, os pescadores nacionais e estrangeiros que há muito tempo residiam no Estado entraram em greve pacificamente, alegando que as novas tabelas de preços de mercado os prejudicavam, buscando uma taxa tributária mais condizente com os resultados modestos de sua árdua e perigosa pescaria. Contudo, Alfredo de Azevedo Alves, arrendatário do Mercado Municipal, contrapôs a narrativa na edição seguinte do jornal. Numa carta intitulada “A greve dos servidores”, Alves expressou a sua insatisfação, alegando que o relato anterior tinha sido parcial por não dar voz a ambas as partes envolvidas. Ele afirmou que apenas um pequeno grupo de pescadores aderiu à greve, tentando coagir os demais a segui-los. Além disso, alegou que os manifestantes não comunicaram a ele o motivo da greve e que a cobrança de impostos estava em conformidade com as diretrizes da intenção, com algumas reduções. Alves incentivou os pescadores a procurarem uma autoridade competente para resolver as suas queixas e acusaram os grevistas de buscar lucros durante uma época de escassez de pesca para



sustentar o restante do ano. O episódio foi encerrado com o Jornal do Commercio não mais abordando a questão da greve em suas edições subsequentes.

Isso até chegar a uma sexta-feira, em 1906, em pleno período carnavalesco, quando se deu a denúncia no Correio do Norte que os concessionários do Mercado Municipal passaram a abusar das taxas sobre os gêneros alimentícios para os vendedores do local. O fato incluiu duas informações em destaque. A primeira, que o empresário Alfredo Azevedo Alves era quem tinha arrendado tanto o Mercado Municipal quanto o curro, em Manaus, e que o mesmo era do Rio de Janeiro “negociante que aqui veio atraído pela fama das nossas liberalidades e pela mansidão do nosso povo”. A segunda informação mostrava que o talão de impostos cobrados recaía sobre os pescadores, únicos trabalhadores então citados na matéria (*Correio do Norte*. Manaus, 23 de fevereiro, 1906).

Pronto, foi o bastante para que, até na Terça-Feira Gorda de Carnaval, marchinhas publicadas pelo periódico ganhassem à rua, em Manaus (*Correio do Norte*. Manaus, 28 de fevereiro, 1906). Os versos, por exemplo, da música “No mercado”⁶, criticam com ironia a corrupção e a má gestão de impostos no mercado de peixes. A letra apresenta a história de um pescador que é abordado por um empregado do governo, que cobra impostos pela venda de peixe. Na canção, o pescador nega ter escondido qualquer coisa, mas o fiscal acaba descobrindo que há uma tartaruga escondida debaixo do banco do barco. A ironia se manifesta quando o pescador afirma que a tartaruga era, na verdade, uma cuia que ele usava para esgotar a água do barco.

A passagem sugere, portanto, que os impostos cobrados pelo governo eram injustos e exorbitantes, e que os fiscais muitas vezes se aproveitavam da situação para

*⁶ Vem um peixeiro ao mercado
E mal encosta na praia
Chega-se a ele o empregado
Salta dentro da catraia*

*Cobra o imposto da pescada
E também do tambaqui
Pergunta: Não traz mais nada?
Mas nada eu nada escondi*

*De repente num arranco
O fiscal a face enruga
E diz embaixo do banco
Tem mais uma tartaruga*

*Galego, a mim não me embruia
A mim não me engana à toa!
(A tartaruga era cuia
Com que esgotava a canoa)*



extorquir dinheiro dos vendedores. Em última análise, a marchinha “No Mercado” retrata uma crítica social e política, que visa expor a corrupção e a desigualdade no mercado, bem como a falta de transparência e honestidade no governo.

Para entender o motivo da relação do Correio do Norte com seus “pobres” e “oprimidos” não conflitem com os interesses das oligarquias a que o mesmo servia, destacamos a análise dos historiadores Luís Balkar Pinheiro e Maria Luiza Pinheiro.

Embora a totalidade dos grandes jornais do período mantivessem vínculos próximos aos grupos econômicos e politicamente hegemônicos sua posição crítica diante das firmas concessionárias dos serviços públicos era principalmente motivada pelo fato do próprio comércio amazonense se vê sensivelmente prejudicado por muitos desses serviços (Pinheiro; Pinheiro, 2017, p. 111).

A greve dos pescadores é amplamente discutida na historiografia amazonense sobre o período.⁷ Para os autores acima, a análise concerne às lutas trabalhistas e à formação de organizações sindicais na região, mostrando como os trabalhadores se organizaram para enfrentar as condições desfavoráveis de trabalho e como eles lutaram por melhorias em suas condições de vida. Desse modo, a respectiva greve é a primeira citada no livro e apontada como ‘operária’. De acordo com os autores, o protesto foi iniciado de maneira modesta, mas no dia seguinte, o número de participantes aumentou significativamente, ocorrendo a paralisação do fornecimento de alimentos na cidade de Manaus por vários dias consecutivos. Isso provocou, lógico, diversos problemas para a população local, uma vez que peixe, pão e farinha de mandioca eram os principais elementos da dieta cotidiana da época.

O processo ganha outras perspectivas no trabalho de Francisca Deusa da Costa (2014), uma vez que a abordagem da historiadora foi mostrar a transformação física da cidade de Manaus por meio dos seus sujeitos sociais, em especial os trabalhadores urbanos. A autora chega a descrever os pescadores grevistas em tópico específico de seu livro, com o tema “Resistindo nos espaços de trabalho”. Costa (2014) indica que os mesmos eram “grosseiramente tratados” e também os inclui como “massa anônima de trabalhadores” e não como operários e traz à luz a informação de que a maior parte deles eram amazonenses. Aliás, é interessante ressaltar essa informação, uma vez que acrescenta mais uma camada ao viés de racismo que era levado em consideração na época. Isso porque, ao serem tratados de forma grosseira e serem considerados como uma massa

⁷ Para outras perspectivas sobre o tema, conf.: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha**: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus, 1880-1930. Jundiaí, SP: Editorial Paco, 2017; COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana**: trabalhadores de Manaus, 1890/1915. Manaus: Valer, 2014.



anônima, esses trabalhadores, que possuíam uma identidade cultural e étnica específica, sofriam com a desvalorização de sua origem regional. Esse aspecto revela como o racismo pode se manifestar de maneiras sutis, negando a individualidade e a humanidade desses trabalhadores e perpetuando a marginalização de grupos específicos dentro da sociedade.

Quanto à abordagem e análise de representação da figura da classe trabalhadora do Correio do Norte – objeto desse artigo -, é necessário mostrar primeiro que a série de matérias reaparece como ‘A greve dos pescadores’ e que esta teve início no dia 14 de março de 1906, uma vez que a publicação é noticiada no dia 15.

A greve dos pescadores

Protesto contra a extorsão - A resistência legal ao assalto contra a pobreza

Ontem, uma procissão comovedora, a procissão dos representantes da miséria e da pobreza, esse cortejo numeroso dos perseguidos pela ganância e pela auriçidia dos arrendatários do nosso mercado, passou as ruas da cidade, cheia de indignação patriótica, de revolta sublime e encantadora, contra os perseguidores dos desafortunados que aqui residem e moirejam pela vida e dos que aqui aportam fugindo à perseguição que a natureza, pela estabilidade do solo em algumas regiões contra eles, empreende (*Correio do Norte*. Manaus, 15 de março, 1906).

O título da matéria, como se observa, já nomeia o ato como “greve”, mas destaca na narrativa textual o que teria tido, segundo aquele jornal, características de “cortejo”, uma “procissão” de pescadores, que então passearam pelas ruas de Manaus. Observa-se ainda nessa narrativa a representação da classe trabalhadora como vítima da “ganância” e da “auricidia” – ou seja, cobiça – dos proprietários de mercado. A suposta procissão é descrita como um cortejo “comovedor” e “numeroso” de pessoas que sofrem com a pobreza e a miséria, e que estão se levantando contra a opressão. Essa descrição sugere que a greve dos trabalhadores é uma resistência legítima contra a extorsão econômica que afetava a classe trabalhadora.

O uso de termos como “perseguição” e “desafortunados” evoca, é bem verdade, uma imagem de injustiça e desigualdade social, colocando a luta dos trabalhadores em um contexto mais amplo de opressão contra os trabalhadores. Mas, no geral, pode-se dizer que esse discurso é significativo e engloba interesses e importâncias específicas ao veículo de imprensa em questão, que pode ser de audiência a ganhos políticos.

No mais, passados cinco dias dessa última notícia, o Correio do Norte volta ao tema da “greve dos pescadores”, agora com artigo intitulado “Uma violência inaudita”. E, para isso, o periódico inicia a matéria em tom de autodefesa, uma vez que, ao utilizar o termo “greve”, outro jornal levantou suspeita sobre a notícia, acusando-a, praticamente, de inverídica.



O fato é que, sob forte indignação, o editorial do *Correio* responde ao seu concorrente utilizando uma narrativa ainda mais apelativa para atacar as autoridades municipais, apesar do protagonismo dos pescadores na ação, que fica em segundo plano:

Somos forçados a voltar ainda hoje a esta desgraçada questão da greve dos pescadores que um jornal desta cidade afirmou existir apenas em nossa imaginação.

Guardamos, pois, o impaciente silêncio das expectativas ansiosas, embora em nosso foro íntimo tivéssemos já a quase certeza de que a única solução do movimento anormal dos pescadores seria aquela que a nossa esperança nos fazia vislumbrar.

Enganamo-nos, porém, os homens que compõem o sindicato que exploram a fome do povo, tremeram diante do perigo corriam os seus baixos interesses egoísticos e enfureceram-se ao ver a revoltante audácia, a incrível petulância dos pescadores que se mostravam dispostos a não mais se deixarem espoliar! Pois que! Os pescadores tinham o arrojo de insurgir-se contra a onipotência de seus senhores, tinham a suprema ousadia de rebelar-se contra as extorsões que a título de impostos, lhes eram diariamente feitas! (*Correio do Norte*. Manaus, 20 de março, 1906).

Não há dúvida de que qualquer análise do texto acima apresenta uma perspectiva favorável aos pescadores grevistas. No entanto, retrata-os novamente somente como vítimas oprimidas por um sistema injusto e por uma elite economicamente privilegiada. Para completar, o autor do editorial em questão utiliza uma linguagem carregada de emoção e crítica social para transmitir uma visão sobre a situação, a qual é visivelmente política e atende aos interesses de um jornal de oposição.

Tal reflexão tem como base o acima referido estudo de Kowarick (1979), que explica a recuperação dos conflitos sociais no campo da memória como excepcionais, “como algo que não faz parte das tradições harmônicas da ‘pátria Brasileira’”. Lembra o autor que:

As greves e contestações que marcaram a primeira República teriam sido realizadas por elementos estranhos apoiados em ideologias espúrias e alheia ao corpo social brasileiro por natureza um corpo social sadio sem conflitos (Kowarick, 1979, p. 23).

É curioso, portanto, constatar que o episódio “A greve dos pescadores”, que sempre recebeu máxima atenção do *Correio do Norte*, teve a edição do dia 25 de março como a última a noticiar a saga, informando que ninguém havia tomado ainda providências, e que seguia a falta de peixe no Mercado (*Correio do Norte*. Manaus, 25 de março, 1906). Ou seja, após todo o alarde, o jornal simplesmente não mencionou mais a questão. As pesquisas para levantar elementos a fim de problematizar esse acontecimento recobrem o período que se estende até o final do mês de maio daquele ano, tanto no *Correio do Norte*, quanto no *Jornal do Commercio*, e em outros veículos da imprensa nanica, mas nada foi encontrado em relação aos pescadores.



É sabido, no entanto, que a Semana Santa aconteceu, em 1906, no período de 11 a 15 do mês de abril (*Correio do Norte*. Manaus, 11 a 15 de abril, 1906), ao que se supõe movimentação mais expressiva de consumidores de pescados, por motivos religiosos relacionados à Páscoa, ou mesmo por costumes laicos socialmente consolidados. Possivelmente a greve dos pescadores já então se encerrara, mas o jornal não informa os seus leitores sobre o desfecho desse processo histórico de lutas. O que também evidencia que os interesses do *Correio* não visavam dar visibilidade para a aposta de trabalhadoras e trabalhadores em seu próprio futuro e reivindicações, mas sim utilizar das ações da classe trabalhadora, tal como aquela greve, para promover interesses políticos do veículo e da classe dominante que o sustentava, econômica e ideologicamente.

No entanto, a saga da greve dos pescadores não foi em vão. Passados dois meses, outra notícia publicada no *Correio* revela o arremate:

Uns pobres garapeiros, que estavam condenados a pagar um conto, cento e tantos mil réis de impostos anuais, uniram-se e fizeram uma representação ao governador do Estado, pedindo para mandar cessar a cobrança do imposto de indústria e profissão a que estavam sujeitos, por venderem garapa dentro do mercado do sr. Azevedo Alves.

Mas não eram só os garapeiros que estavam sob a pressão do imoral imposto; os fruteiros, os verdureiros, os doceiros, finalmente todos os pequenos vendedores do Mercado eram vítimas dessa sede de dinheiro dos donos da terra.

Já no mercado escasseavam os primeiros gêneros de alimentação, quando o governo, temendo uma greve geral, resolveu, em um momento de lucidez, baixar um decreto perdoadando aqueles pobres homens do tal imposto (*Correio do Norte*. Manaus, 17 de maio, 1906).

O relato descreve que a classe trabalhadora da pesca arregimentou outras classes, como os garapeiros, fruteiros, verdureiros e doceiros, tornando-se, assim, “pescadores” de grevistas. E, pelo visto, todos saíram vencedores, com o governo baixando decreto e retirando o imposto, “temendo uma greve geral”. Ou seja, eles agiram em conjunto – como lembra Sader a respeito de outra greve e momento histórico, como “sujeito coletivo”:

sujeito coletivo é o no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas (Sader, 1988, p.55).

Movimento similar ao dos pescadores ocorreria mais adiante: “Na mesma direção, embora com menor sorte, dois anos mais tarde, os horteleiros da cidade também empreenderam uma campanha no sentido de questionar a majoração de impostos que afetava a venda de seus produtos” (Pinheiro; Pinheiro, 2017, p. 115). E, com relação aos



trabalhadores do Mercado Público, chega-se, em 1911, à greve dos co-irmãos dos pescadores, os peixeiros.

Essa saga marcante também foi abordada no Correio do Norte, cinco anos depois. No entanto, temos que pontuar que o Correio do Norte era um jornal totalmente modificado pelos acontecimentos ao longo do tempo. Em 1911, o revisionismo não fazia mais sentido e o Correio do Norte havia parado suas atividades por três meses (*Correio do Norte*. Manaus, 1 de janeiro, 1911), retornando justamente em 1º de janeiro daquele ano, como propriedade de Germano Bentes Guerreiro. Este era um farmacêutico, foi Coletor de Curuçá (PA), e chegou a ser superintendente municipal de Maués, em 1906, e também superintendente municipal de Tefé, em 1909 (*Jornal do Commercio*. Manaus, 17 de maio, 1904, 20 de dezembro, 1905, 4 de agosto, 1906 e 19 de setembro, 1909). Depois, ao que tudo indica, como desdobramento de suas atividades econômicas e políticas, investiu na compra de um veículo de comunicação.

Faz-se necessário aqui indicar que o contexto histórico também era outro. Costa (2014) reforça que, em 1910, a maior parte das reformas urbanas já tinha se realizado. A historiadora descreve, então, a cidade de Manaus, com destaque para a região central, o Teatro Amazonas, a Praça São Sebastião, mas também mercearias, botequins e cafés diversos, além do Mercado Público – este, como um dos lugares que “pontuava os vários ritmos de funcionamento da cidade”.

Há, neste cenário, outros panoramas históricos. Afinal, a crise da borracha dá seus primeiros sinais. Como se não bastasse, estávamos numa pré-guerra que seria mundial. Era literalmente a “Belle Époque” desmoronando. As disputas políticas, assim como os interesses, podiam ser outros, mas eles não deixaram de existir. Na capital do Amazonas, as classes trabalhadoras fortaleciam seus meios de luta unindo-se em associações de trabalhadores, como o Centro Operário de Manaus, estabelecido em 1905, e até mesmo criando e se aliando a uma “imprensa operária”.

Apesar disso, os empregadores ainda conseguiram conter os protestos de algumas categorias, mas outras optaram por tomar medidas diretas. “Dentre essas categorias estavam desde peixeiros e pescadores até operários fabris, passando por estivadores, carroceiros, motoristas e condutores de bondes, gráficos e lixeiros” (Pinheiro; Pinheiro, 2017, p. 145).

Dessa forma, logo nos primeiros dias de janeiro de 1911, uma greve de peixeiros eclodiu. Segue a narrativa do jornal sobre a primeira notícia do movimento:



Ainda não se apagou da memória do nosso público a greve dos estivadores e carroceiros desta terra, ocasionada pelas arbitrariedades da Manaus Harbour e temos, hoje, a científicá-lo numa outra. Os peixeiros do Mercado Municipal, dados os impostos que a intendência tem carregado sobre os peixes e mariscos, resolveram, ontem, depois de alguns dias de premeditação, manifestar-se em greve.

Esta parede, entretanto, assim como a dos carroceiros e estivadores, é pacífica e os peixeiros estão no firme propósito de se conservarem nessa atitude, até que os seus desejos fiquem satisfeitos.

A intendência manda cobrar pelo quilo do peixe de primeira, 300 réis; pelo de segunda 250 réis e, pelo de terceira, 150 réis. Os peixeiros, no entanto, não se sujeitam a essa tabela da municipalidade, declarando que só voltarão ao trabalho quando se reduzirem esses impostos a um único, que cobre 150 réis pelo quilo de todo e qualquer peixe, sem distinção de qualidade.

Sabemos que os peixeiros já constituíram advogado, o qual se entendeu, ontem, mesmo, com o sr. Dr. Ricardo Amorim, digno chefe de segurança pública e outras altas autoridades do Estado.

O sr. dr. chefe de polícia tomou sérias providências no sentido de evitar perturbações da ordem pública. É de esperar que essa tal parede tenha uma solução mais breve que a dos estivadores e carroceiros (*Correio do Norte*. Manaus, 10 de janeiro, 1911).

Como se percebe, o discurso retratado no texto muito difere daquele de 1906. O autor utiliza linguagem que destaca as dificuldades enfrentadas por trabalhadores como os estivadores, carroceiros e, lógico, os peixeiros, demonstra simpatia em relação às suas demandas, mas sem apelações, sem adjetivos humilhantes às condições de pobreza dos sujeitos em questão.

Por se manter como um jornal oposicionista, o *Correio* menciona a greve dos peixeiros do Mercado Municipal com o destaque de que protestavam contra os altos impostos pela intendência sobre os peixes e mariscos, e que só retornarão ao trabalho se os impostos forem reduzidos para um valor único de cento e cinquenta réis por quilo, qualquer fosse o pescado. Sendo assim, o jornal, enfim, apresenta os peixeiros como sujeitos ativos, capazes de mobilizarem-se coletivamente em busca de seus interesses. Ao expor as motivações e exigências dos trabalhadores, os mesmos ganham espaço para seu protagonismo na luta por melhores condições de trabalho.

A consolidação das lutas operárias no cenário a partir da década de 1910 e até mesmo o surgimento de concorrentes ao *Correio do Norte*, parece ter refletido na mudança do discurso em relação à 1906. No entanto, as orientações políticas do veículo de comunicação seguem. Afinal, nesse período, o jornal encampava uma tórrida campanha contra o Senador Silvério Nery, acusando-o diretamente de ter participado do bombardeio à Manaus, em 8 de outubro de 1910, isso em várias edições (*Correio do Norte*. Manaus, 23 de fevereiro, 12, 14, 15 e 22 de março, 4, 14 e 19 de abril, 1911).



No caso específico da segunda reportagem, o Correio explica que o levante dos peixeiros provocou a suspensão dos serviços prestados pela classe, “com grande prejuízo para a população”, mas que o motivo era o fato dos mesmos estarem “desgostosos com excessivos impostos da municipalidade”. Contudo, o veículo anuncia que o advogado da questão é o “talentoso confrade da imprensa doutor Heliodoro Balbi” – que era, justamente, o redator do Correio desde 1906. Nesse aspecto, a narrativa continua, evidentemente, com a afirmação de que ele “muito se esforçou para harmonizar os fatos”. Ao cobrar o Superintendente Municipal de Manaus, Jorge de Moraes, o jornal também utiliza discurso em tom ameno ao afirmar que “ele prometeu interessar-se perante o conselho na sua próxima reunião para que as taxas vexatórias que a municipalidade imponha aos peixeiros fossem reduzidas as suas justas proporções” (*Correio do Norte*. Manaus, 12 de janeiro, 1911).

Porém, a greve continua. No dia 14, ao ser noticiada, a novidade era que a greve seria mantida até a reunião do Conselho Municipal, a se realizar no dia 28 de janeiro. Nesse ínterim, no dia 16, o Correio publica artigo sob o título “As Greves”, para falar de outras movimentações sociais organizadas existentes naquele período, além da dos peixeiros. Eram elas, as dos estivadores e carroceiros, e também a dos motorneiros e condutores de bondes. Sobre os peixeiros, o veículo disse apenas que seguia a paralisação, tal como no dia 18, quando afirma que “a população começa a sofrer as consequências da greve dos peixeiros”. A nota reclamava que nenhuma providência tinha sido tomada e que o prazo para o Conselho Municipal se reunir era muito longo e “prejudicial aos interesses do povo, que tem aberto o campo a toda sorte de explorações”, reclamando que alguns açougueiros estavam cobrando 25.000 réis pelo quilo da carne verde (*Correio do Norte*. Manaus, 19 de janeiro, 1911).

Enfim, repetindo a mesma disposição do Correio em relação à greve dos pescadores, em 1906, o jornal também não noticiou o resultado da greve dos peixeiros. Subtende-se que a mesma tenha cessado, diante da convocação extraordinária do Conselho Municipal, no dia 28 de janeiro daquele ano, que deliberaria a favor da categoria, mas também nada foi informado nas demais edições sobre o fato, demonstrando novamente desinteresse real sobre as causas de luta daquela classe trabalhadora. O Correio do Norte foi editado em Manaus até o ano de 1912.



Considerações finais

Diante das análises realizadas nesta pesquisa, é possível perceber a predominância de uma certa visão das classes dominantes em relação aos excluídos daquela sociedade dividida em classes da Manaus de 1898 a 1911, perspectivas e representações expostas nos seus próprios meios de comunicação. Tanto o Comercio do Amazonas quanto o Correio do Norte, apesar de serem antagônicos, apresentam discursos que se igualam no linguajar e com propósito de afastar as classes populares dos olhos de todos, como se sua presença fosse incômoda e indesejável. Essa postura é evidenciada pelo uso de termos pejorativos, desvalorizando e desumanizando indivíduos sem renda, perpetuando uma visão estigmatizada, retratando-os muitas vezes como preguiçosos ou parasitas sociais.

Em relação às narrativas e imagens mais comuns na representação das classes trabalhadoras nos referidos meios de comunicação, essas fontes examinadas retratam as classes populares de forma negativa, destacando suas condições de pobreza e miséria. No caso específico do Correio do Norte, embora tenha se posicionado ao lado dos trabalhadores, é importante notar que também serve aos interesses de uma parte da elite econômica amazonense.

No entanto, é importante ressaltar que os trabalhadores, aqueles que sofreram, inspiraram e viveram os episódios, fatos, protestos e ações, foram e sempre são os verdadeiros protagonistas da História. Mesmo diante das restrições impostas pelas instituições e pelo discurso dominante, as classes populares enfrentaram maneiras de resistir e desafiar as normas, reafirmando sua identidade e lutando por seus direitos. Os trabalhadores sentiam capacidade de ação, denunciando injustiças e mobilizando-se coletivamente, desafiando as estruturas de poder.

Conclui-se, portanto, que as representações das classes trabalhadoras nos meios de comunicação, como os jornais Comercio do Amazonas e Correio do Norte, são marcadas pela estigmatização e invisibilização desses grupos sociais. No entanto, apesar das representações negativas impostas pelos meios de comunicação, os próprios trabalhadores são capazes de perceber e reagir a essas representações de modos diversos. Mesmo dentro das restrições impostas, eles resistem, ainda que por formas não organizadas de luta, desafiando as normas e afirmando sua identidade. Essa resistência demonstra a capacidade dos trabalhadores de agirem como sujeitos ativos em meio a um contexto histórico marcado pela opressão e pelo controle da narrativa elitizante.



Portanto, é essencial reconhecer a importância de uma abordagem politizada e crítica sobre a representação das classes trabalhadoras nos meios de comunicação do período analisado neste trabalho. É fundamental evidenciar vozes, fazeres e a cultura das experiências e conquistas desses grupos sociais, mostrando sua capacidade de ação e resistência diante das adversidades. O que se quis revalorizar então com os esforços de investigação aqui consolidados foi a memória de um campo vivo de lutas, quando homens e mulheres da classe trabalhadora de Manaus do início do século XX obstaculizaram, a partir de suas experiências, representações depreciativas e desvalorizadoras próprias de uma imprensa socialmente articulada a partir de interesses econômicos dominantes. Nesse aspecto, alinho-me com este artigo, à continuidade de suas resistências.

Data de Submissão: 20/09/2023

Data de Aceite: 27/11/2023

Referências

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. São Paulo. Editora Vozes. 2023.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 3ª edição. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2012.

COSTA, Alfredo Bruto da. **Exclusões sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus, 1890/1915**. Manaus: Valer, 2014.

COSTA, Edite Moraes da. **Do boi só não se aproveita o burro! O comércio das carnes verdes e a transformação sócioeconômica da Fazenda de Santa Cruz com a construção do matadouro industrial (1870-1890)**, 2017. 160 pág. Dissertação Mestrado em História – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DIÁRIO OFFICIAL. Manaus (1893-1900)

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920**. 2ª edição. Valer, 2007.

HAHNER, June. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil**. Brasília: Edunb, 1993.



HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Tradução Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAPA, José Roberto de Amaral. **Os excluídos: contribuição à História da pobreza no Brasil (1850-1930).** Campinas, SP. Editora Unicamp, 2008.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Roberto. A imprensa no Amazonas 2/7. Blog do Coronel Roberto: catando letras & escrevendo histórias, Manaus, 23 ago. 2012. Disponível em: <https://catadordepapeis.blogspot.com/search?q=comercio+do+amazonas>. Acesso em: 29 dez. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade – vida e trabalho – 1880-1920.** Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e trabalho dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920).** 2010. 179 f. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010 (Dissertação Mestrado em História).

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus, 1880-1930.** Jundiá, SP: Editorial Paco, 2017

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1930.** Manaus: Edua, 2015.

QUO VADIS. Manaus (1902-1904)

RUFINO, Priscila de Moraes. **A pobreza no contexto da sociabilidade capitalista.** Alagoas: FAPEAL, 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TELES, Luciano Everton Costa. **A imprensa operária no Amazonas (1891-1920): algumas dimensões.** Manaus: Editora UEA, 2020.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade.** Volume 1. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

ZULINE, Jaqueline Porto. **A reforma Constitucional de 1926: concentração de poderes no executivo.** Trabalho preparado para apresentação no VI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 2 a 6 de maio de 2016. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMA%20DA%20CONSTITUI%C3%87%C3%83O%20DE%201891.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.